

ROTA

FORTIFICAÇÕES
MARÍTIMAS
DE CASCAIS

Ao longo dos séculos foram erigidas na costa circundante da embocadura do Rio Tejo diversas estruturas militares para defesa do litoral, de forma a dissuadir o desembarque de tropas inimigas e os ataques de piratas e corsários. Este roteiro, organizado em dois passeios entre Carcavelos e o Cabo da Roca, apresenta a história dos edifícios que desde finais do século XV protegeram a entrada da Barra do Tejo, porta de acesso à cidade de Lisboa, percorrendo, ainda, locais de interesse paisagístico, como a Área Marinha Protegida das Avencas ou o Sistema Dunar Guincho/Oitavos.

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas



Vista área da Cidadela de Cascais, c. 1930

- 1 FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ | TORRE DE CASCAIS
- 2 CIDADELA DE CASCAIS
- 3 FORTE DE SANTA MARTA FAROL-MUSEU
- 4 VIGIA DO FACHO
- 5 FORTE DE NOSSA SENHORA DA GUIA
- 6 FORTE DE S. JORGE DE OITAVOS
- 7 FORTE DE S. BRÁS DE SANXETE FAROL DO CABO RASO
- 8 BATERIAS DA CRISMINA, GALÉ E ALTA
- 9 FORTE DO GUINCHO



Percurso:
11,2 km



Grau de
dificuldade:
moderado



Partamos à descoberta dos exemplares de arquitectura militar que pontuam o litoral do nosso Concelho!



1 Fortaleza de Nossa Senhora da Luz Torre de Cascais

Passeio Maria Pia, Cascais

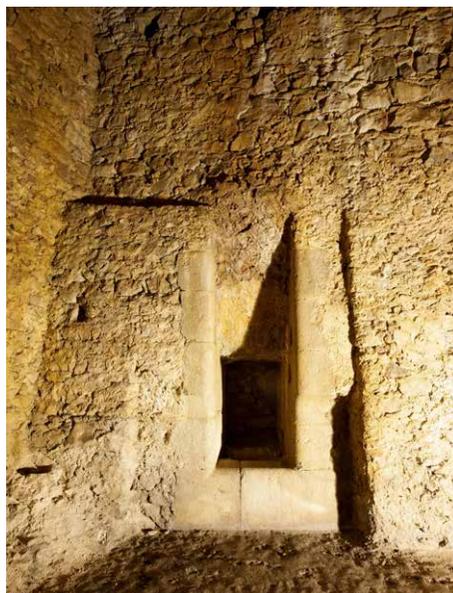


Lat. 38.693792° | Long. -9.418424°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi edificado antes de 1580, como o abaluartamento da antiga Torre de Cascais, para reforço das defesas de costa, face à ameaça de invasão, aquando da crise dinástica. Na face virada para o pátio ainda hoje se identifica a torre primitiva, mandada construir por D. João II, em 1488, para proteção da vila e como atalaia de Lisboa, que rapidamente se tornara obsoleta.

A Fortaleza foi devidamente guarnecida e artilhada durante o período filipino, ainda que em finais de Quinhentos já se começasse a projetar uma fortificação maior, que esteve na génese da Cidadela, concretizada após a restauração da independência nacional, em 1640. Viria a albergar as tropas de Junot, aquando da 1.ª invasão francesa (1807-08) e 241 presos políticos, em 1833-34, no período das guerras liberais. Aí funcionou, mais tarde, uma Escola de Pesca e a Estação Radionaval (1939-92).

No ano de 1987 iniciaram-se as primeiras sondagens arqueológicas, que permitiriam a reabertura dos acessos a todos os baluartes e a identificação da estrutura da torre joanina. Em 2014, por ocasião das comemorações do 650.º aniversário da vila de Cascais, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz abriu as suas portas ao público.



2 Cidadela de Cascais

Avenida D. Carlos I, Cascais



Lat. 38.694395° | Long. -9.419764°

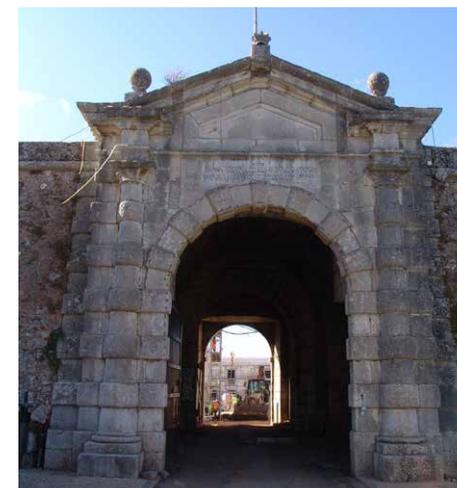
Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público, mandado edificar por D. João IV depois da restauração da independência, em 1640, é o maior e mais imponente monumento do concelho de Cascais. A porta de armas era o único acesso ao seu interior, que se organizava a partir de um pátio central, em torno do qual se dispunham quatro quarteirões: o de Santa Catarina, junto às antigas Casas do Governador – onde a partir de 1870 os Reis D. Luís e D. Maria Pia instalaram o Paço Real de Cascais – os de S. Pedro e de Santo António, que se destinavam à guarnição, e o de S. Luís, onde funcionava o hospital. Sob o pátio foi construída uma grande cisterna, de planta quadrangular, com abóboda assente em nove colunas. Do conjunto destaca-se, ainda, a Capela de Nossa Senhora da Vitória.

O projeto de adaptação da Cidadela enquanto residência da Família Real foi entregue a Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Para o efeito, o arquiteto gizaria a ligação das Casas do Governador ao Pavilhão de Santa Catarina, que confinava com a Praça de Armas, redimensionando salas, decorando vestibulos e salões e criando um salão de banquetes e uma ligação direta para o coro alto da Capela de Nossa Senhora da Vitória. O Rei D. Luís veio a falecer, no Paço de Cascais em 1889, sucedendo-lhe D. Carlos, que promoveria profundas alterações no edifício, onde instalou o primeiro laboratório português de biologia marinha, em 1896, mandando acrescentar, para o efeito, em 1902, um terceiro piso sobre o antigo Pavilhão de Santa Catarina.

O Palácio recebeu, depois de 1910, os Presidentes da República, funcionando, mesmo, como residência oficial de Óscar Carmona, de 1928 a 1945. Depois de muitos anos sem utilização, já em acentuado estado de degradação, seria alvo de uma profunda intervenção de reabilitação e restauro, entre 2007 e 2008. Cumpre hoje as funções de residência oficial do Presidente da República, assegurando simultaneamente o acesso às suas salas de aparato



e dependências plenas de história, através de visitas guiadas, promovidas pelo Museu da Presidência da República. Na Cidadela, que de 1959 a 1993 albergou o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, funciona, agora, a Pousada de Cascais, cujo projeto foi distinguido com o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana na categoria Melhor Intervenção de Uso Turístico, em 2013.





3 Forte de Santa Marta Farol Museu

Rua do Farol de Santa Marta, Cascais



Lat. 38.690907° | Long. -9.42137°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi mandado edificar depois de 1640, no âmbito do plano de defesa da Barra do Tejo, dirigido pelo conde de Cantanhede, integrando-se, assim, num grande conjunto de fortificações marítimas destinado a defender a costa de Peniche a Setúbal. Dotado de uma bateria de grandes dimensões relativamente ao forte e de três corpos retangulares justapostos, com áreas diversas, cruzava fogo com a bateria da Cidadela e defendia a pequena foz da Ribeira dos Mochos.

Em 1868, a necessidade de reforço da sinalização marítima do corredor norte da Barra do Tejo ditou a edificação de um farol na bateria alta desta fortificação, que já havia perdido a sua função militar. Este seria ampliado em 1936, vindo a integrar a rede de faróis automatizados em 1983, data a partir da qual deixou de exigir a presença regular de um corpo de faroleiros.

O Forte e Farol de Santa Marta seriam alvo de um inovador projeto de musealização inaugurado em 2007, no âmbito de protocolo entre a Marinha Portuguesa e Câmara Municipal de Cascais. Continuando a assegurar a sinalização marítima, o farol transformou-se num museu que dá a conhecer quatro séculos de histórias e vivências, assumindo-se enquanto espaço de revelação e divulgação do universo plural dos faróis portugueses.



4 Vigia do Facho

Avenida da Vigia do Facho, Cascais

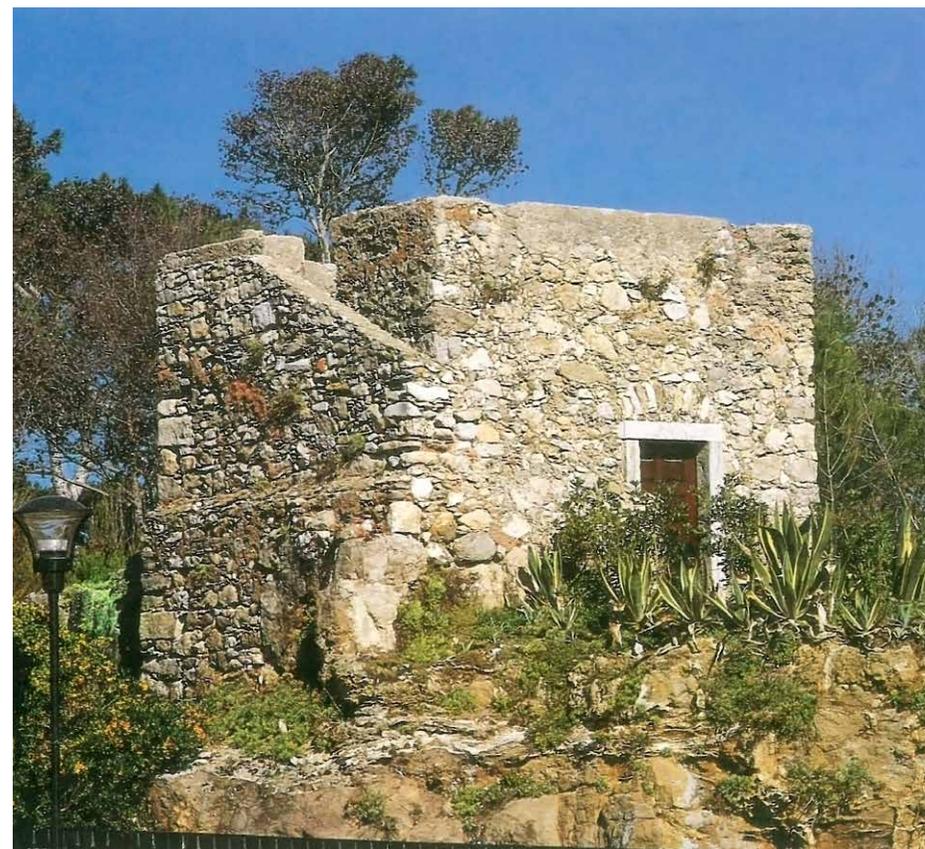


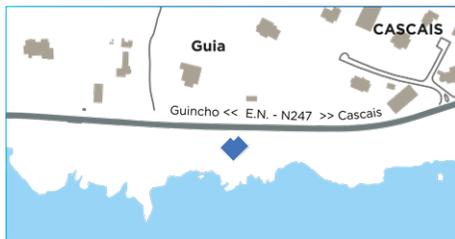
Lat. 38.692096° | Long. -9.430923°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público, de data de construção incerta, dispunha, em 1805, de guarnição composta por um cabo e um soldado. É o único edifício sobrevivente de um modelo que foi igualmente edificado no Cabo da

Roca, nos Oitavos e na Parede, ainda que esteja por explicar a coerência da sua disposição na costa face ao restante complexo de fortificações.

De planta retangular, com apenas um compartimento, abobadado, que servia de alojamento e armazém, dispunha de uma escada exterior, em pedra, que facultava o acesso a um pequeno terraço lajeado, onde o vigia de serviço atentava ao horizonte. Em caso de perigo tocava o sino de alarme que se encontrava na parede oeste.





5 Forte de Nossa Senhora da Guia

Estrada Nacional nº 247



Lat. 38.695354° | Long. -9.45219°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público começou a ser edificado em 1642, junto ao local onde, segundo o relatório do marquês de Fronteira, de 1675, desembarcou, em 1580, o exército invasor espanhol, comandado pelo duque de Alba. A importância estratégica da zona justificou, assim, a urgência da construção de uma fortificação que a defendesse, já operacional em 1646.

De estrutura simples, o pequeno forte manteve-se quase intacto até ao terramoto de 1755, que o danificou severamente. Em 1928, já desartilhado, foi entregue à Faculdade de Ciências de Lisboa, para a instalação do Museu Bocage; e em 1999, ao Instituto do Mar, que aí instalou o Laboratório Marítimo



da Guia, onde se conduzem investigações sobre ecologia marinha (sistemas costeiros e profundos) e ecofisiologia marinha (fisiologia do crescimento, nutrição e reprodução de espécies marinhas).



6 Forte de S. Jorge de Oitavos

Estrada Nacional nº 247



Lat. 38.699673° | Long. -9.468278°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi construído entre 1642 e 1648, num local onde a existência de lajes na zona de entre-marés permitia desembarques hostis. Cruzava fogos com o Forte de S. Brás de Sanxete, a noroeste e o Forte da Guia, a nascente, para assim defender esta zona costeira, missão para a qual dispunha também de uma curiosíssima linha de fuzilaria.

O Forte de S. Jorge apresenta uma estrutura poligonal, de cinco lados, com dimensões e organização diferentes das dos seus congéneres, que parece não ter sofrido grandes alterações ao longo dos tempos. Abandonado após as Guerras Liberais, foi ocupado pela Guarda Fiscal em 1889.

Em 1999 o imóvel foi cedido pela Direção-Geral do



Património do Estado ao Município de Cascais, com vista à sua musealização, reabrindo em 2001 após profundas obras de reabilitação, que permitiram fazer ressurgir o seu traçado original. Para além da extensa bateria, dotada de peças de artilharia, apresenta, no edifício que integra o quartel, a casa da pólvora, os armazéns e as cozinhas, uma exposição que atesta a relevância de S. Jorge de Oitavos para a defesa avançada da Barra do Tejo e revela aspetos da sua organização funcional e vivências em tempos de guerra e de paz.





7 Forte de S. Brás de Sanxete Farol do Cabo Raso

Estrada Nacional nº 247

 Lat. 38.709428° | Long. -9.485621°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi construído no reinado de D. João IV, após a restauração da independência nacional, em 1640. Localizado em posição geograficamente excepcional, no Cabo Raso, manteve-se praticamente inalterado ao longo dos séculos. Após a vitória dos liberais seria desartilhado e votado ao abandono, até que em 1893 fosse cedido ao Ministério da Marinha, para a instalação de um farol.

A arquitetura do forte ainda é perceptível, mas a imagem



dominante é a da torre do farol, construída em 1915. O alarme sonoro é composto por um interessante mecanismo, que já pode receber a denominação de arqueologia industrial. A perspetiva marítima, a proximidade do mar e a Serra de Sintra proporcionam uma atitude contemplativa, repousante, em contacto com a Natureza..



8 Baterias do Guincho Crismina | Alta | Galé

Estrada Nacional nº 247

 Lat. 38.7293° | Long. -9.47505°
Bateria da Galé

 Lat. 38.7228288° | Long. -9.475805°
Bateria Alta

 Lat. 38.722851° | Long. -9.4781970°
Bateria da Crismina



Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público é o remanescente de um conjunto de três baterias localizadas a sul da Praia do Guincho: a Bateria da Galé, a Bateria Alta e a Bateria da Crismina. O conjunto foi projetado e construído em 1762, sob a direção do conde de Lippe, reformador do exército português, quando da entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos.

As baterias procuravam compensar as deficiências na defesa desta parcela de costa, face ao perigo de um ataque franco-espanhol, pelo que a escolha dos locais para a sua construção obedeceu a um plano estratégico. Desta forma, a Bateria da Galé, erigida numa ponta rochosa, visava impedir, com o apoio do Forte do Guincho, o desembarque inimigo na extensa praia que separava as duas fortificações. Paralelamente, em fogo conjunto com a Bateria Alta, defenderia a enseada próxima. As baterias Alta e da Crismina protegiam também a praia que delimitavam.

Estas fortificações seriam desativadas no século XIX, vindo sobre a Bateria da Galé a ser instalada a Estalagem Muchaxo e sobre a Bateria Alta o Hotel do Guincho. A Bateria da Crismina encontra-se muito degradada, tendo já um projeto de restauração aprovado para o local.





9 Forte do Guincho

Estrada do Abano



Lat. 38.73987° | Long. -9.473122°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público, também conhecido por Forte do Abano, foi construído em 1642, quando da reformulação do sistema de defesa da Barra do Tejo. De planta quadrangular, destinava-se a impedir os possíveis desembarques no extenso areal da Praia do Guincho, bem como em toda a enseada da Praia do Abano, funcionando, ainda, como atalaia com comunicação visual para o Forte da Roca, a norte; e o forte de S. Brás de Sanxete, a sul, no Cabo Raso. No final do século XIX a sua estrutura foi alterada em função do possível desmoronamento da plataforma rochosa. Após a sua desativação, a história do Forte do Guincho foi marcada por períodos de abandono e de cedência a particulares para fins de lazer. Em 2016 o Estado colocou este imóvel num concurso de concessão a privados por um período de 30 a 50 anos.



Na Praia do Guincho inicia-se um conjunto dunar que faz parte do corredor eólico Guincho/Oitavos. Este sistema dunar persiste devido à particularidade do regime de ventos e à disponibilidade de areia nas praias do Guincho e da Crismina, que é transportada sobre a plataforma rochosa do Cabo Raso, regressando ao mar mais a Sul, entre Oitavos e a Guia. Trata-se de um sistema ativo, semiaberto e extremamente instável devido à constante mobilização de partículas arenosas associada ao transporte eólico direcionada de norte-noroeste para sul-sudeste.



2.º

Passeio

CASCAIS-CARCAVELOS



Partamos à descoberta dos exemplares de arquitectura militar que pontuam o litoral do nosso Concelho!

- 1 FORTE DE SANTA CATARINA
CASA SEIXAS
- 2 FORTE DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO | CASA PALMELA
- 3 FORTE DE S. ROQUE | CASAL
S. ROQUE
- 4 FORTE DE SANTO ANTÓNIO DO
ESTORIL | CASA SCHRÖTER
- 5 FORTE DA CRUZ DE SANTO
ANTÓNIO DA ASSUBIDA
CASA BARROS
- 6 FORTE DE S. PEDRO, DE
S. TEODÓSIO OU DA POÇA
- 7 FORTE DE S. JOÃO DA CADAVEIRA
- 8 FORTE DE SANTO ANTÓNIO
DA BARRA
- 9 PROJETORES DE DESCOBERTA
DA BATERIA DA PAREDE
- 10 FORTE DE S. DOMINGOS DE RANA
OU DO JUNQUEIRO



Percurso:
8 km



Grau de
dificuldade:
moderado



1 Forte de Santa Catarina | Casa Seixas

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 2-4, Cascais

Lat. 38.697693° | Long. -9.418601°

O já desaparecido Forte de Santa Catarina foi erigido logo após 1640, no âmbito do plano coordenado pelo conde de Cantanhede. Localizado num pequeno promontório a leste da baía, assegurava o “fecho” defensivo da vila, mercê de uma sequência de muralhas e cortinas de atiradores que o uniam à Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. O seu poder de fogo protegia, assim, a vila, a que seguia, para oriente, uma linha de fuzilaria que chegava ao Forte de Nossa Senhora da Conceição ou dos Inocentes. Apresentando planta quadrangular, seguia o modelo da maioria das fortificações deste período. Normalmente abandonado em tempos de paz, em 1777 ainda dispunha de oito peças de artilharia em



bom estado, não precisando, contudo, de guarnição permanente, pela proximidade da Cidadela. Em 1821 deixou de ser reconhecido como de utilidade militar, pelo que em 1876, já muito arruinado, foi tomado pelo surto de construção civil que então se apossou de Cascais. No ano de 1916 Henrique de Seixas comprou o remanescente ao Estado, mandando erigir a Casa Seixas, um dos ex libris da vila, onde hoje funciona a Capitania do Porto de Cascais.

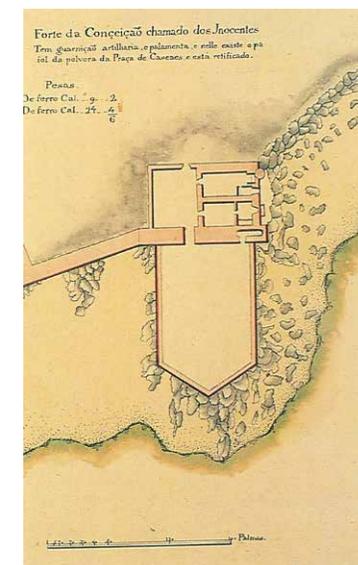


2 Forte de Nossa Senhora da Conceição | Casa Palmela

Paredão de Cascais, Praia da Duquesa

Lat. 38.700881° | Long. -9.413744°

Os restos das muralhas do Forte de Nossa Senhora da Conceição ou dos Inocentes foram classificados como Monumento de Interesse Público, à semelhança do Palácio Palmela, que seria edificado sobre o antigo baluarte. Destinada à defesa das praias adjacentes, passíveis de desembarque, estava já operacional em 1646, dispo de uma bateria maior que a dos seus congêneres, com três peças de bronze e três de ferro, a cargo de três artilheiros, doze soldados e um cabo. Vazado de artilharia logo em 1834, após a vitória liberal, foi adquirido, em 1868, pelos duques de Palmela para aí construírem a sua casa de verão, que em 1873 era já uma das imagens de marca de Cascais.





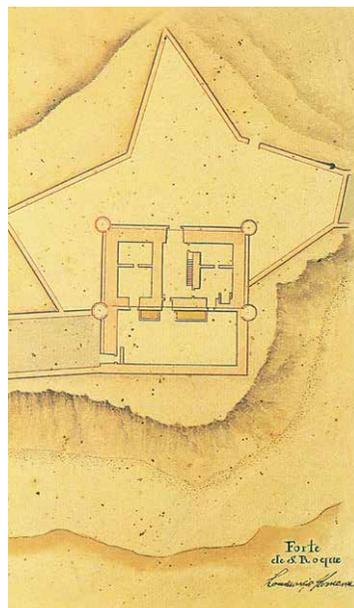
3 Forte de S. Roque Casal de S. Roque

Paredão de Cascais, Praia do Tamariz

Lat. 38.703699° | Long. -9.402118°

O já desaparecido Forte de S. Roque integrou desde 1642 o conjunto de fortificações construídas depois da restauração da independência. Localizado na ponta ocidental da Praia do Tamariz, defendia o seu areal/desembarcadouro juntamente com os fortes de Santo António e da Cruz de Santo António da Assubida.

Apresentava traça retangular, com áreas semelhantes de bateria e alojamentos e ainda que tenha sido alvo de obras importantes em 1805, a tempo das invasões francesas, no ano de 1829 estava desocupado e «sem objeto algum de artilharia», pelo que foi demolido em 1887, quando da construção do caminho-de-ferro. Nas suas imediações existia a ermida de S. Roque, cuja memória se perpetua no Casal de S. Roque, construído em 1901, com projeto de Raul Lino.



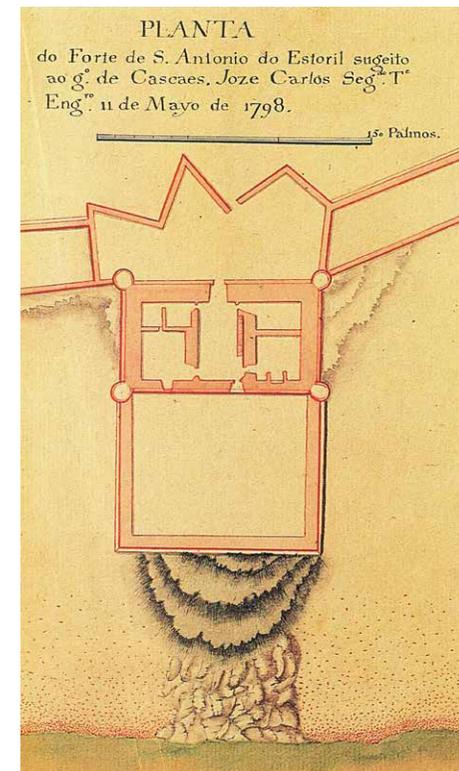
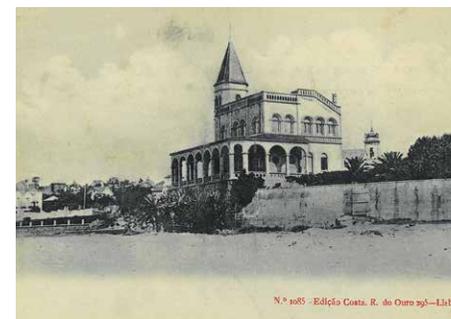
4 Forte de Santo António do Estoril Casa Schröter

Paredão de Cascais, Praia da Tamariz

Lat. 38.703057° | Long. -9.400237°

Quase a meio da Praia do Tamariz, outrora denominada de Praia de Santo António, sobre umas rochas não muito acima das águas do mar, existiu durante séculos o Forte de Santo António, que defendia esta área de um possível desembarque, com o apoio do Forte de S. Roque, a poente e do Forte da Cruz de Santo António da Assubida, a nascente. Em 1646, já terminada a construção, o seu comando foi entregue ao capitão Francisco de Vilhegas, que contava com um cabo, três artilheiros e doze soldados, à semelhança do Forte de S. Roque.

Depois de um longo período de abandono e degradação, foi reparado no contexto da Guerra do Rossilhão, c. 1793-94, tal como aconteceu com os restantes fortes da região. Ainda que tenha sido artilhado em 1821, no ano de 1886 já era considerado obsoleto, pelo que, em 1889, a construção do caminho-de-ferro veio a cortar as suas defesas de retaguarda: trincheiras, muros e linhas de fuzilaria. Em 1894 foi levado a hasta pública e arrematado por Ernesto Schröter, que o demoliria para a construção de uma residência de verão com uma arquitetura inspirada em referências da Europa central, que ainda constitui um dos pontos de referência do Tamariz.





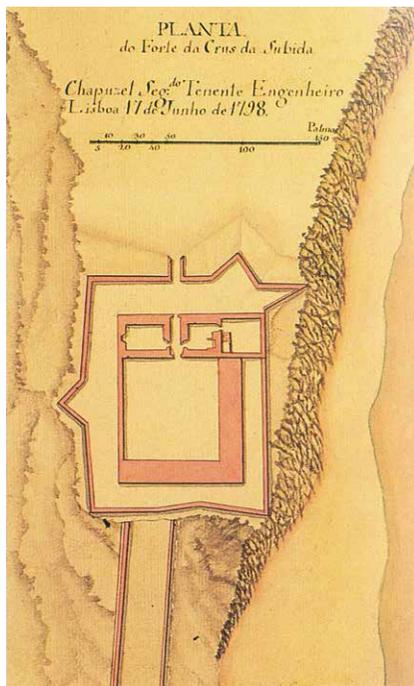
5 Forte da Cruz de Santo António da Assubida Casa Barros

Paredão de Cascais, Praia da Tamariz

 Lat. 38.702893° | Long. -9.39779°

O já destruído Forte da Cruz de Santo António da Assubida, localizado a nascente da Praia do Tamariz, protegia o areal em conjunto com o Forte de S. Roque e o Forte de Santo António, no âmbito do projeto da defesa de Lisboa gizado depois da restauração da independência nacional, em 1640. O seu curioso nome parece ter origem no topónimo local - Santo António, nome do Convento do Estoril - no cruzeiro - datado de 1624, sito na Rua de Olivença - e no facto de esta ser uma subida um pouco íngreme.

Viveu, à semelhança dos seus congéneres, longos períodos de abandono e fases de recuperação e restauro. Depois das obras de 1793 não voltou a receber artilharia, mas manteve sempre uma presença simbólica, como atesta o facto de ter disposto de governador até ao ano de 1894, quando foi vendido em hasta pública. Foi adquirido por João Barros que depois das demolições fez erguer a sua imponente moradia de verão, num estilo revivalista medieval italiano, com projeto de Cesar Lanz: a Casa Barros.



6 Forte de S. Pedro, de S. Teodósio ou da Poça

Avenida Marginal, S. João do Estoril

 Lat. 38.702262° | Long. -9.39337°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi construído em 1643, exercendo funções combinadas com o Forte da Cadaveira na estratégia de defesa desta linha de costa, marcada pela Praia da Poça e pela foz da Ribeira da Cadaveira. A sua estrutura não sofreu alterações até ao século XIX, ainda que tenha sido parcialmente reabilitado no período miguelista.

Desartilhado e sem guarnição, foi cedido no século XIX à Santa Casa da Misericórdia de Cascais, para apoio aos Banhos da Poça, vindo, em 1954 a ser transformado numa Casa de Chá. O facto de existirem duas designações para esta fortificação deve-se à circunstância de ter sido batizada com os



nomes de dois dos príncipes herdeiros de D. João IV: D. Teodósio (que morreu em 1653, com 19 anos) e D. Pedro II (que assumiu o trono devido à incapacidade física e mental do seu irmão D. Afonso VI). Em 2016 o Estado colocou este imóvel num concurso de concessão a privados por um período de 30 a 50 anos.





7 Forte de S. João da Cadaveira

Avenida Marginal, S. João do Estoril

 Lat. 38.702006° | Long. -9.391991°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi construído entre 1642 e 1648, integrando o sistema de defesa da barra de Lisboa gizado quando da restauração da independência. Tinha por missão a defesa da Praia da Poça e da foz da Ribeira da Cadaveira, em colaboração com o Forte de S. Pedro, a poente. Apresenta o traçado característico da maioria das fortificações costeiras deste período, de planta quadrada dividida em dois espaços retangulares contíguos: a bateria e os alojamentos. Durante o governo miguelista foi alvo de reedificação.



Todavia, com a vitória liberal seria desartilhado. No século XIX também esteve a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, para apoio aos Banhos da Poça, servindo, depois, a Guarda Fiscal, até ser desativado.



8 Forte de Santo António da Barra

Avenida Marginal, S. João do Estoril

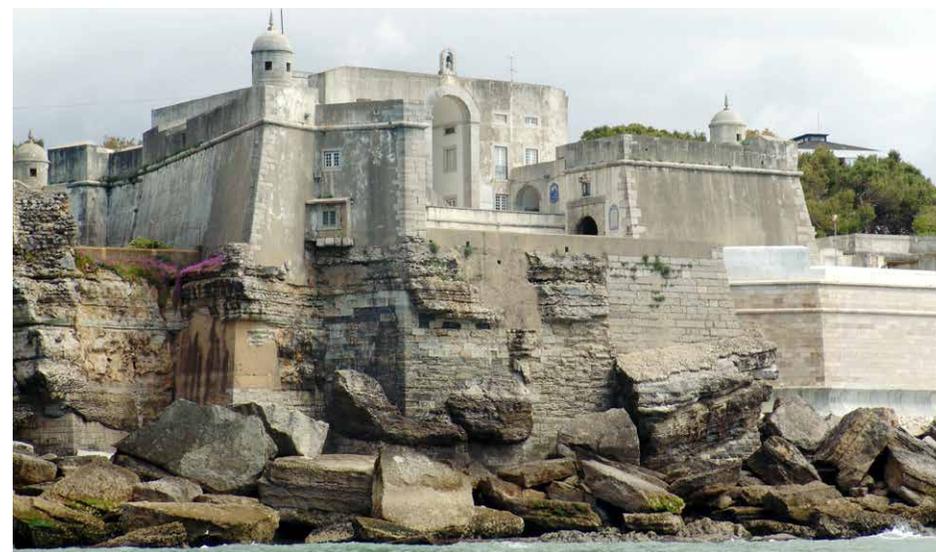
 Lat. 38.698618° | Long. -9.38318°

Este imóvel classificado como Monumento de Interesse Público foi uma das fortificações construídas para a defesa da barra do Tejo em finais do século XVI, por ordem de Filipe II de Espanha. O Forte de Santo António da Barra teve projeto e direção do engenheiro militar e padre Vincenzo Casale, num período em que igualmente se procedeu à (re)edificação de outros fortes que apoiavam a defesa da Barra do Tejo. A sua localização sobre a arriba e a adaptação das suas muralhas aos rochedos conferem-lhe uma dimensão telúrica e uma intimidade com os escarpados, só perceptíveis quando visualizados a partir do mar. No final do século XVI já se encontrava construído e apto a receber artilharia, sendo mantido guarnecido e artilhado até ao final do século seguinte.



No período das lutas liberais foi alvo de algumas intervenções e melhorias e recebeu artilharia com a respetiva guarnição.

Durante o século XX sofreu novas alterações, com vista à adaptação às suas novas funções: Posto Fiscal para controlo do contrabando de mercadorias (1897), Campo de Férias do Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas (1915) e residência de Verão do então Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar (1950-1968).





9 Projetores de Descoberta da Bateria da Parede

Avenida Marginal

Lat. 38.69308° | Long. -9.372176°
Projektor n.º 1 – S. Pedro do Estoril

Lat. 38.689276° | Long. -9.36242°
Projektor n.º 2 – Praia das Avencas (Oeste)

Lat. 38.686804° | Long. -9.358477°
Projektor n.º 3 – Praia das Avencas (Este)

No rescaldo da II Guerra Mundial, uma comissão luso-britânica, coordenada pelo general britânico Barron, gizou um plano de defesa costeira para a região de Lisboa. O chamado Plano Barron previa um Comando de Defesa Costeira, que viria depois a designar-se por Regimento de Artilharia de Costa, responsável pela coordenação de dois setores de defesa costeira: o setor norte – para defesa do Rio Tejo e do Porto de Lisboa – e o setor sul – para defesa do Rio Sado e do Porto de Setúbal. Em cada um destes setores existiria um grupo de artilharia de costa de contrabombardamento, um grupo de artilharia de costa de defesa próxima, uma rede de telemetria e observação e uma zona de projetores de descoberta, para além de uma faixa de minas, defesas interiores dos portos e fundeadouros para fiscalização. Os grupos de artilharia de costa seriam compostos de baterias fixas instaladas ao longo das margens do Tejo, do Sado e da Península de Setúbal. Entre 1948 e 1958, as baterias previstas no Plano Barron tornaram-se operacionais, sendo maioritariamente instaladas em fortificações compostas



Projektor n.º 2



Projektor n.º 1

por casamatas e paíóis subterrâneos e armadas com peças navais de grande calibre em torres couraçadas. Considerou-se que o primeiro tipo de defesa deveria ser executado por duas baterias pesadas de 9"2 (23,4 cm Vickers), com o alcance de 36 km, nas imediações de Alcabideche e do marco trigonométrico da Raposa, na Fonte da Telha. O segundo tipo de defesa seria assegurado por duas baterias de calibre médio 6" (15,2 cm) localizadas na Parede e no Outão, com o alcance máximo de 22 km. As baterias colaboravam entre si na fiscalização e controlo de todos os navios que pretendessem entrar nestes portos, recorrendo durante a noite à iluminação artificial e organizavam-se num sistema de projetores de descoberta – um dos quais na Parede – e em duas zonas iluminadas, com uma divisão no Cabo Raso e outra na Fonte da Telha.

A Bateria da Parede, guarnecida com três peças, desempenhou um papel de relevo na defesa do porto de Lisboa e da Baía de Cascais. O sistema de Projetores de Descoberta da Parede dispunha de três postos: um na Pedra do Sal e dois a poente e a nascente da Praia das Avencas (este último já desaparecido). Eram compostos por duas subunidades: a casa do projetor e a casa do gerador. Os vestígios deste sistema de iluminação encontram-se hoje no centro da Área Marinha Protegida das Avencas.



Projektor n.º 3

10 Forte de S. Domingos de Rana ou do Junqueiro

Rua de Luanda, Carcaveiros

Lat. 38.682426° | Long. -9.344022°

Erigido em 1645, este forte procurava colmatar as dificuldades de defesa do lado poente da Praia de Carcaveiros, cruzando fogo com o Forte de S. Julião da Barra. Em 1762 veria reconhecida a sua importância estratégica, ao ser dotado de mais artilharia e reconfigurado. Com as guerras napoleónicas, nomeadamente com a invasão de 1810, liderada por Massena, o exército inglês, ocupante de Portugal, comandado por Wellesley, fez construir as Linhas Defensivas da Península de Lisboa, mais conhecidas por Linhas de Torres Vedras. A terceira linha ligava Paço de Arcos ao Forte do Junqueiro, garantindo a segurança do embarque das tropas britânicas na Praia do Portinho (Praia da Torre) em caso de derrota na zona de Torres Vedras. Nesta praia foram construídos quatro pontões em madeira para o embarque.

Em 1897, na sequência da perda do seu estatuto militar, foi cedido ao Conselheiro Tomás Ribeiro e ao médico António José de Almeida para a montagem de um



sanatório marítimo destinado a crianças pobres, que veio a ser inaugurado em 1902, em prol da difusão dos princípios higiénicos e das terapêuticas héliomarítimas no tratamento e combate à tuberculose óssea e da pele, linfatismo e debilidades como o raquitismo. A evolução da medicina e a difusão de fármacos mais eficazes no combate à tuberculose conduziria, depois, à sua transformação em hospital ortopédico. Em 2010 cessou a sua atividade, com a inauguração do novo Hospital de Cascais, em Alcabideche, que recebeu a designação de Hospital Dr. José de Almeida.



NORMAS DE CONDUTA

- Planeie antecipadamente o passeio
- Circule pelo percurso assinalado
- Tenha controlo sobre a bicicleta
- Ceda sempre a prioridade
- Tenha atenção à possibilidade de cruzamento com veículos motorizados nos caminhos públicos sinalizados
- Não deixe vestígios da sua passagem



Contactos Úteis:

SOS Emergência: 112

PSP Cascais: 214 839 100 / 101 / 110

PSP Esquadra de Turismo: 214 814 067/068

MobiCascais: 800 203 186 - <https://mobicascais.pt>

Postos Bicas: 08h00-20h00. Entrega das bicicletas até às 19h00

Preços Bicas: 30 minutos: 1 € | 1 hora: 1,99 € | 1 dia: 3,90 €

Posto turismo: +351 912 034 214 | www.visitcascais.com